

A PROPOSTA DAS ONGs PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

Vivien Diesel¹
Marcelo Miná Dias²

Resumo

O artigo examina a conveniência de tomar-se a proposta das ONGs enquanto modelo para orientação de programas de desenvolvimento rural. Reconhece que a forma usual de caracterizar as ONGs - como organizações autônomas, que desenvolvem trabalho com fins socialmente legítimos e aprendizagem através da experiência, tem levado à valorização incondicional de sua proposta das ONGs. Considera que a forma de caracterizar essas organizações oculta sua "dependência estrutural" com relação às financiadoras e ao público-alvo. O artigo propõe que a ONG seja considerada uma organização mediadora e, portanto, sem autonomia absoluta para definição de sua proposta. Observa, ainda, que os referenciais teóricos, recentemente adotados para orientar a ação de promoção de desenvolvimento, têm contribuído para reforçar a omissão da equipe das ONGs na construção de propostas de desenvolvimento. Nestas circunstâncias, interpreta que as ONGs podem ser susceptíveis à incorporação acrítica de propostas providas de financiadoras e público-alvo e, portanto, não haveria motivos para conceber, *a priori*, a superioridade de sua proposta frente à de outros agentes de desenvolvimento rural.

Palavras-chaves: *ONG; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável; agroecologia*

THE NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS PROPOSAL FOR RURAL DEVELOPMENT: A CRITICAL AVALUATION

Abstract

The article researches the convenience of analysing the non-governmental organizations (NGO) proposal as a pattern of orientation to rural development programs. It acknowledges that the usual procedures of characterizing NGO - as autonomous organizations wich develop trustworthy and social work as well as learning through experience - has led to the unconditional value of the NGO's proposal. It considers that this way of characterizing such organizations hides its "structural dependence" to the sponsors and the target-public. The articles proposes the NGO be considered as a mediator organization and, therefore, without absolute autonomy to define its proposal. It still notices that the theoretical references that have been recently adopted to orientate the action of promoting development has contributed to enforce the omission of the NGO groups in buidilg development proposals. In such circumtances, it understands that the NGO may be susceptible to unaware incorporations of proposals originated from sponsors and target-public; therefore, there would not be, at first, reasons to conceive the superiority of its proposal before others of rural development agents.

Key-words: *NGO; rural development; sustainable development; agroecology*

¹ Professora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - UFSM
² Eng. Agrônomo, MSc Extensão Rural, Doutorando no CPDA - UFRJ

1. Introdução

Diversos autores reconhecem que, na década de 90, modifica-se a estrutura institucional da promoção do desenvolvimento rural, que passa a ser caracterizada pela ação simultânea de uma diversidade de agentes que tem públicos, propósitos e formas de atuação próprias.³

Dentre este conjunto de agentes, as organizações não-governamentais (ONGs) atraem a atenção do analista. A fala e os escritos sobre as elas, enunciados no final dos anos 80 e início dos anos 90, aguçam a curiosidade.

Genericamente, vários autores concordam em identificar as ONGs como oriundas de um esforço de organização das sociedade civil para a transformação de aspectos da realidade social considerados como negativos (Scherer-Warren, 1995, p.162). Ressaltam que, via de regra, constituem uma organização formal que se apresenta como sociedade civil **sem fins lucrativos** que incorpora, em grande medida, o **trabalho voluntário**. Com seu trabalho, buscam tornar a sociedade melhor:

Todas compartilham de uma visão de sociedade futura diferente da atual, enquanto espaço possível para a intervenção de uma sociedade civil organizada na transformação social. Trabalham para a realização de uma utopia social baseada em princípios de igualdade, da democracia, da liberdade e agora também do respeito à natureza. (Scherer-Warren, 1995, p.173)⁴

A referência às ONGs nos documentos das financiadoras é, geralmente, elogiosa. Enquanto as instituições do Estado são associadas à burocratização, imobilismo, paternalismo, ineficácia e corrupção, as ONGs são associadas a flexibilidade institucional, criatividade, voluntariado e eficácia (Dias, 1998).

As primeiras avaliações do trabalho das ONGs, que atuam no desenvolvimento rural, apontam um rápido crescimento no número de instituições, na abrangência temática de atuação e destacam o caráter inovador e a adequação da metodologia utilizada para o trabalho junto aos produtores (Ortega, 1989). No âmbito da produção agrícola, mencionam que as ONGs teriam uma proposta tecnológica alternativa ao modelo da agricultura industrial - este último amplamente criticado, sob a ótica econômica, social ou ecológica.

Do exposto, observa-se que o trabalho das ONGs é mitificado na literatura publicada na década de 80. Esta mitificação permite que seu trabalho seja apresentado como imbatível ou incontestável - um novo paradigma para a

³ Em contraposição ao momento histórico anterior, em que o trabalho de promoção do desenvolvimento centrava-se na ação do Governo Federal.

⁴ Grifo meu.

ação de promoção do desenvolvimento rural. Nesse contexto, considera-se que sua proposta constituiria uma alternativa viável para a superação da "crise" de referentes, vivenciada desde a constatação dos limites da ação do Estado e do projeto de modernização da agricultura.

Qualquer tentativa de descrição não mitificadora choca-se, na ocasião, com a ausência de literatura crítica ou com a diversidade de orientações das ONGs atuantes. Recentemente, a elaboração de um conjunto de estudos monográficos vem possibilitar um avanço na compreensão da natureza do trabalho promovido por essas instituições, viabilizando, inclusive, uma análise crítica preliminar de sua proposta para o desenvolvimento rural.

O presente artigo pretende realizar uma análise crítica da proposta das ONGs para o desenvolvimento rural a partir do exame das características do processo de sua definição.

2. A dependência estrutural da ONG e o caráter conciliatório da proposta de desenvolvimento

Muitos autores tendem a interpretar que as ONGs são formadas pela sociedade civil para promover mudanças na realidade, orientando-se por uma proposta (Scherer-Warren, 1995). Assim, a proposta constituiria o fator unificador do grupo e direcionador de sua ação.

Existe uma tendência a reconhecer que as propostas se diferenciam conforme a área de atuação: direitos humanos, saúde, educação, meio ambiente e, inclusive, desenvolvimento rural, por exemplo⁵, e que se modificam no decorrer da história.

A tentativa de caracterizar "a proposta" de um tipo de ong em determinado período histórico sempre se confronta com a diversidade concreta de orientações das ações das ongs. Assim, conclui-se que para entender a origem da diversidade concreta observada, é necessário reconhecer a singularidade da conformação estrutural das ONG.

Neste sentido, a ONG mostra-se como organização que não detém completa autonomia estrutural, apresenta-se como dependente de outros agentes sociais. Sua existência e atuação dependem, genericamente, do estabelecimento de relações com uma instituição doadora, uma instituição legitimadora (ocasionalmente) e um público-alvo

Opera, geralmente, como mediadora, possibilitando que um grupo (doadores - majoritariamente dos países desenvolvidos - "do norte") viabilize um trabalho de apoio à promoção social de outro grupo (beneficiários, "do

⁵ Conforme Scherer-Warren (1995, p.163) "... as ONGs tem se preocupado política e prioritariamente com as questões da cidadania, mais recentemente com o problema ambiental, e apenas instrumentalmente com as questões assistenciais e de desenvolvimento."

sul")⁶. Para tanto, ocasionalmente deve solicitar cooperação de outras instituições, como a igreja. Neste contexto, seu trabalho só se realiza se for avaliado pela financiadora, legitimadora e público-alvo.

Nesta interpretação, a ONG pode ter seu entendimento sobre o tipo de trabalho que haveria de ser realizado mas esse deve estar adequado ao entendimento das financiadoras e do público-alvo para que venha a se realizar. Assim, seria de esperar um processo constante de "ajuste" do entendimento das ONGs, das financiadoras e público. Este tipo de interpretação está de acordo com algumas observações constantes na literatura. Brandenburg (1999), por exemplo, menciona claramente o ajuste do trabalho da Fundação Para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Cento-oeste do Paraná - RURECO - às orientações das financiadoras.⁷ Almeida (1996) discute como as expectativas da população dificultam a possibilidade de "innovar" metodologicamente.

Tais observações são relevantes à medida que permitem questionar a "imagem construída" sobre a proposta das ongs, que a apresenta como produto da práxis (produto da seqüência periódica da ação e reflexão).

Na nova interpretação, a ação da ONG seria susceptível às modas teóricas internacionais (que não obedecem, necessariamente à ordem evolutiva), "desejos" e perfis das populações específicas.

Acredita-se que, se essas características estruturais forem tomadas em conta, ficará mais fácil explicar a variação histórica das propostas, diversidade discursiva no interior das ONGs e mesmo eventuais diferenças entre o discurso e a prática. A necessidade de maior legitimação frente a um ou outro segmento levaria a uma aproximação eventual ao discurso e a interesses que lhe são próprios.

3. Referenciais teóricos e o papel da ONG na construção de propostas

As ONGs latino americanas têm sua origem reportada às experiências da educação popular, da conscientização, realizadas, no Brasil, no âmbito dos Centros Populares de Cultura, nas Comunidades Eclesiais de Base e em outras instituições.⁸ Nasceram em um período de grande efervescência política, em que se gestam valores de comprometimento e participação na definição dos rumos do desenvolvimento do país. As ONGs, nesse contexto, se caracterizariam pela

⁶ Os termos "norte" e "sul" procuram guardar equivalência com países ricos e países pobres, respectivamente.

⁷ O trabalho de Brandenburg (1999) esclarece que a RURECO acompanha as financiadoras que trabalhavam com propósitos explícitos de promoção social e tem abandonado a perspectiva da educação popular em favor das abordagens produtivistas.

⁸ Dias (1998)

identificação com interesses de segmentos marginalizados da sociedade e pela opção por uma via "democrática" do fazer político.

Os estudos de Dias (1998), Almeida (1996) e Scherer-Warren (1995) evidenciaram a tendência à aproximação às construções teóricas neomarxistas durante os anos 60 e 70. Com relação à problemática do desenvolvimento, ressalta-se a tendência ao referendado das teses da Escola da Dependência com respectivo engajamento no projeto político da transformação estrutural.⁹ Conforme Scherer-Warren (1995, p.167):

Partindo de uma concepção segundo a qual a transformação social/histórica baseia-se no processo de luta de classes e na tomada do poder do Estado, as ONGs terão um papel facilitador nesta trajetória. Se é ao partido que cabe a direção do movimento de transformação, às ONGs resta um papel de educador popular, de formador de consciência de classe e de executor de programas de treinamento de lideranças políticas.

A valorização dos métodos da pesquisa-ação e pesquisa participante levavam a idealizar um processo coletivo de produção de conhecimento pela intercalação da ação-reflexão. Simultaneamente, a convicção em torno do potencial revelador do marxismo resultava na atribuição de um papel significativo ao intelectual na conscientização e construção das propostas de ação. Nesse contexto, as ONGs teriam um papel ativo na elaboração de uma leitura e de um projeto social alternativo àquele proposto pelo "sistema".

À medida que a opção política do país, realizada em 64, é em desfavor aos interesses dos marginalizados e pelo paulatino cerceamento das liberdades políticas, as ONGs - enquanto instituições - passaram a localizar-se à margem do "sistema" político nacional. Permanecem ativas, lutando pela constituição de uma nova sociedade, mas à margem, durante os anos 70.

Sabe-se que, na década de 80, a leitura neomarxista da problemática do desenvolvimento enfrenta crise de legitimidade, e, por isso, a proposta de intervenção, fundamentada nesta leitura, não se sustenta mais (Booth, 1992). Com a crise da leitura neomarxista, nos anos 80, para onde rumaram?

Esse aspecto é pouco analisado. Entende-se que há uma possibilidade de examinar as opções teóricas adotadas nesse intercurso e, por essa via, definir, com maior clareza, os contornos da proposta atualmente perseguida.

Observa-se que, no momento da crise do discurso e projeto do social neomarxista, salienta-se a emergência de um novo referencial nos fóruns de discussão sobre o desenvolvimento. Trata-se da proposta do "outro

⁹ Tal colocação deve ser interpretada com cautela pois a diversidade das orientações teóricas dos agentes que vieram a constituir as ONGs (entre os quais membros da igreja e militantes políticos da esquerda) fazem com que qualquer interpretação reducionista seja inadequada.

desenvolvimento" - muitas vezes identificado como "ecodesenvolvimento" (Cardoso, 1993; Sachs, 1985 e Webster, 1990).

Genericamente, o "outro desenvolvimento" concebido no início dos anos 80 representaria o ponto de encontro possível entre três reflexões genéricas distintas: a reflexão em torno do "Basic Needs", dos estilos de desenvolvimento e a reflexão ecológica propriamente dita.

A reflexão em torno do "Basic Needs" tem sua origem nas instituições de cooperação internacional na segunda metade da década de 70 e prevê a reorientação dos programas nacionais de desenvolvimento em favor do atendimento das necessidades básicas dos indivíduos mais pobres da população (ILO, 1979 e Soedjamoto, 1979). Representa, assim, uma radicalização da proposta do "Redistribution with Growth", também gestada nestas instituições.

A reflexão em torno dos estilos de desenvolvimento, formulada por economistas latino-americanos, é valorizada no âmbito da CEPAL e representa o reconhecimento da existência de estratégias alternativas para promoção do desenvolvimento, distintas quanto às suas implicações sociais e ecológicas (Pinto, 1976; Graciarena, 1976 e Prebisch, 1976).

A reflexão do movimento ecológico sobre o desenvolvimento é ampla e tem um sentido crítico em relação ao modelo ocidental, baseado no crescimento expansivo do setor industrial e consumo de massa (Mansholt et al, 1979).

Nesse contexto, o encontro entre as tendências tem como pauta comum o projeto de um "modelo alternativo de desenvolvimento" que priorize o atendimento às necessidades sociais e se construa a partir das características particulares de uma nação. Convém observar que, via de regra, os propósitos e as estratégias para viabilizá-los eram interpretados dentro de um enfoque característico da Economia Política.

Assim, nos anos 80, as ONGs engajam-se explicitamente no projeto de democratização como forma de viabilizar os direitos de cidadania daqueles segmentos com os quais se identifica - os setores populares. Observa-se, paralelamente, uma maior sensibilidade para com os problemas imediatos enfrentados por seu público-alvo - o que as leva a engajar-se no esforço pela construção de alternativas imediatas de sobrevivência - e por isso de produção. A especificidade do rural afirma-se, neste momento, definindo-se uma nova identidade possível: ONGs de desenvolvimento rural - aquelas preocupadas com as questões relativas à vida e à produção dos segmentos sociais marginalizados que vivem no meio rural.

As ONGs de desenvolvimento, especialmente desenvolvimento rural, parecem apresentar uma maior preocupação com a dimensão propositiva, razão pela qual, inclusive, são discriminadas pejorativamente como "reformistas" no âmbito das ONGs.

Na construção de sua proposta, esas ONGs puderam incorporar o discurso crítico que se formava no meio nacional (Graziano Neto, 1982) e internacional sobre a Revolução Verde. Na construção da proposta, identificando que o modelo tecnológico do capitalismo - via modernização - beneficia exclusivamente o capital industrial, as ONGs procuram gestar alternativas que garantam a autonomia do produtor frente ao processo de subordinação agroindustrial. As tecnologias apropriadas, na medida em que buscavam o favorecimento da autonomia do produtor, pareciam preencher esses requisitos. Tal seria, em essência, o estereótipo da leitura da organização não-governamental que passa a articular-se em rede para a cooperação na geração de alternativas tecnológicas - constituindo o programa e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - ASPTA¹⁰.

Esse projeto parece exercer grande poder de sedução, e observa-se que, paulatinamente, os "alternativos" abandonam a discussão em torno do "projeto nacional" do "outro desenvolvimento" e se aproximam de segmentos do movimento ecológico com orientação nitidamente romântica (Dias, 1998). Assim, da discussão do "outro desenvolvimento" quase nada foi aproveitado, pois abandonou-se a discussão própria do "Basic Needs" (embora alguns termos ainda estejam presentes no discurso das ongs), desconsiderou-se a questão dos "estilos "nacionais" de desenvolvimento" e a crítica ao capitalismo industrial, resgatando-se, para aproveitamento futuro, somente o componente mais pragmático: o movimento sobre tecnologias apropriadas (Gadgil, 1967 e Schumacher, 1983), fomentado no âmbito de certos segmentos do movimento ecológico. Tais opções levam ao abandono da preocupação com a formulação de um "projeto nacional".

Recentemente, essas ONGs têm se agregado em torno das noções de "desenvolvimento sustentável", "agricultura sustentável" ou agroecologia. Surgem, assim, propostas como os modelos do tipo "community sustainable development" (IDS, 1997) baseados no trabalho comunitário, em "projetos locais", onde os valores propugnados (participação, valorização cultural, ecológica) podem ser realizados mais plenamente.

Para identificar a natureza das mudanças propositivas observadas, julga-se conveniente considerar, genericamente, que houve uma antropologização da leitura e do discurso das ONGs. Se, antes, para proceder à leitura da realidade utilizavam-se categorias conceituais próprias à Economia Política de inspiração marxista, na nova síntese predominam categorias conceituais próprias à Antropologia e Ecologia Cultural. As diferenciações culturais e ecológicas passam a ser os critérios para percepção do social, abandonando-se as concepções de classes sociais.

¹⁰ As relações entre os referenciais adotados no ASPTA e o discurso internacional sobre tecnologias apropriadas são evidenciadas por Almeida (1996), entre outros.

Entende-se que essa aproximação com a Antropologia foi muito útil no momento de crise teórica vivenciada, porque permitiu a composição de uma leitura holística de explicação do social e forneceu *insights* sobre modelos de desenvolvimento que atendam simultaneamente a requisitos de igualdade social e sustentabilidade ambiental.

Convém perceber, entretanto, que nesta abordagem tende-se a preconizar um protagonismo da população-alvo do projeto - que compartilha uma cultura particular, distinta daquela do agente de desenvolvimento - prevendo-se que o técnico atue apenas como catalisador do processo.¹¹ Não lhe cabe "formular" ou "defender" propostas de desenvolvimento.

4. As circunstâncias relacionais, os referenciais teóricos e as propostas: tendências atuais

Entende-se que as mudanças na conjuntura econômica e política e, sobretudo, as circunstâncias relacionais podem contribuir para explicar as transições observadas na proposta das ONGs.

Assim, para explicar as sínteses propositivas adotadas nos anos 80, deve-se considerar a tendência à hegemonia do discurso neoliberal sobre o papel do Estado e, conseqüentemente, a afirmação da inviabilidade do Estado desenvolvimentista junto à opinião pública. Pensar novas orientações para projetos nacionais de desenvolvimento coordenados pelo Estado parece, então, um tema fora de moda.¹²

Por outro lado, nos anos 90, observa-se um interesse crescente das financiadoras pela questão ambiental e dos produtores pela sobrevivência econômica num contexto de crise derivada das políticas de ajuste estrutural.

Nessa conjuntura relacional, as ONGs tenderam a flexibilizar sua proposta, pois de um lado comprometem-se com as financiadoras no sentido de levar em conta as preocupações com a "sustentabilidade" e, por outro lado, comprometem-se com os produtores no sentido de definir conjuntamente "os rumos a seguir".

Observa-se que a tentativa de unificação e identificação em torno da proposta da promoção da agricultura sustentável (Brandenburg, 1999; Almeida, 1999) e a aproximação aos referenciais teóricos elaborados no amplo campo da

¹¹ Ao tentar caracterizar as matrizes ideológicas atuais das ONGs, Scherer-Warren (1995) identifica a presença das orientações Neo-Anarquista, da Teologia da Libertação e Articulista. No exame do discurso próprio a cada uma, observa-se que um traço comum entre elas é a tendência a conceber o trabalho da ONG como de mediação para realização dos interesses dos segmentos aos quais se relaciona. Um papel de "catalisador", articulador, mediador, etc.

¹² A postura das ONGs com relação às mudanças no papel do Estado na Índia são analisadas por Webster (1995).

Antropologia seriam particularmente bem recebidos na conjuntura relacional vivenciada, pois facilitariam as relações dos "aliados" com as ONGs.

A análise leva a crer que o projeto de "desenvolvimento sustentável", com ênfase no trabalho com os segmentos "marginalizados" economicamente, do qual o "community sustainable development" é uma variante, é produto da interação produtor - ONG - financiadora "do norte" (Scherer-Warren, 1995) na conjuntura histórica dos anos 80-90. Evidencia-se que uma nova conjuntura relacional pode estar se configurando. Diversos autores (Dias, 1998; Brandenburg, 1999 Almeida, 1999) identificam uma crise de financiamento para as ONGs "populares" - aquelas cujo trabalho enfatiza a promoção social de segmentos marginalizados. Parece haver uma diminuição geral no volume de financiamento à qual é somada uma realocação espacial e temática. No referente à realocação espacial, Brandenburg (1999) assinala a tendência a preterir-se o sul do Brasil em favor de regiões mais pobres. Com relação à questão temática, na última década, as questões ecológicas têm sobrepujado as questões sociais no âmbito das instituições de cooperação.

Essa conjuntura repercutiria como inviabilizadora do financiamento ao trabalho das ONGs "populares" do sul do Brasil, por exemplo. Como será a nova configuração relacional? As ONGs serão suportadas pelos produtores, por outras instituições ligadas aos produtores (sindicatos, por exemplo), pelo Estado? Ou buscarão apropriar-se das verbas das financiadoras orientadas à preservação ambiental? Qual será a proposta resultante da interação entidade representativa do produtor - ONG - produtor ou Estado - ONG - produtor?

Sugere-se que a configuração relacional influirá, inclusive, nas escolhas teóricas realizadas. Nesse sentido, salienta-se que poderá significar a auferição de maior ênfase a uma ou a outra das diferentes perspectivas teóricas já "experimentadas" atualmente pelas ONGs: estudo de sistemas agrários e sistemas de produção (em suas variantes inglesa e, sobretudo, francesa); a agroecologia, as abordagens participativas de desenvolvimento de base e o "community sustainable development" (especialmente no caso das ONGs que trabalham na ótica preservacionista).

5. A proposta das ONGs: uma referência confiável para a ação de promoção do desenvolvimento rural ?

Entende-se que dois argumentos figuram como particularmente fortes na sustentação da "superioridade" da proposta das ONGs para o desenvolvimento rural:

- o argumento da legitimidade do processo de sua elaboração e
- o argumento da legitimidade dos fins perseguidos.

5.1 Crítica ao argumento da legitimidade do processo de elaboração da proposta

Nesta argumentação, tende-se a considerar que as ONGs são constituídas por um corpo de voluntários descomprometidos com interesses econômicos, que trabalham em contato íntimo com a realidade (e o público-alvo) e são particularmente eficazes na realização do aprendizado pela experiência (através do processo ação-reflexão).

A interpretação adotada neste estudo permite questionar a validade deste argumento. Inicialmente, salienta-se que a autonomia da ONG não corresponde à pressuposta e, em virtude disso, a proposta da ONG é, sobretudo, produto da "negociação" entre as partes: corpo da organização, público-alvo, financiadora e entidade legitimadora (quando incorporada). Assim, mesmo que uma ONG tenha determinado entendimento sobre o "caminho a seguir", não terá autonomia absoluta para seguir exatamente esse caminho.

Além da dependência estrutural, argumenta-se que a ONG, em virtude dos referenciais teóricos que vem adotando, tem aberto mão de uma intenção de "formular seu próprio projeto de desenvolvimento" - realizar processo continuado de ação-reflexão crítica.

Nesse sentido, a adoção do princípio participativo, dentro de uma matriz teórica de promoção do desenvolvimento de corte antropológico, leva a um ideal de "respeito" pelos valores e proposições do público-alvo. Nesse contexto, o acordo entre a ONG e a financiadora se faz no sentido de que a ONG atue como "catalisadora" da formulação de um projeto popular, cabendo-lhe um papel significativo na mobilização mas, idealmente, nulo no que se refere à definição do teor do projeto. No limite, a ONG realiza o projeto do público beneficiário e não tem necessidade de projeto próprio.¹³ Nessa conjuntura, não se pode falar que as ONGs perseguem uma utopia social que tenha contornos bem definidos.

Esta "indefinição" com relação ao papel da ONG parece repercutir na qualidade da proposta, levando no, limite, a uma adoção acrítica dos referenciais dos segmentos com os quais a ong se relaciona.

O discurso ora adotado, por exemplo, apresenta muitas fragilidades. Lená (1997) fala em mistificação de vários aspectos da realidade. As fragilidades estariam evidenciadas, por exemplo, na forma de conceber o social como comunidade, de qualificar o conhecimento popular, de interpretar o processo de degradação ambiental ou de idealizar a intervenção, por exemplo.

¹³ O caso narrado por Brandenburg (1999), ao referir-se à RURECO, parece ilustrativo. O autor identifica que, em seus primórdios, a RURECO buscou selecionar seus parceiros entre aqueles dispostos a perseguir o projeto de transformação social por eles idealizado. Em contraposição, hoje a instituição buscava a realização do projeto de seus parceiros.

Nesse sentido, mesmo ciente dos limites da abordagem "comunitarista", há uma tendência a reproduzi-la, criando um impasse metodológico sem solução fácil:

Essa visão de comunidade, que ignora as diferenciações sociais e os conflitos de interesses, não é um bom ponto de partida para promover o desenvolvimento. Uma ação baseada nesta conceituação, levará provavelmente à paralisia mútua dos diferentes setores da sociedade ou à prevalência dos setores mais fortes econômica e/ou politicamente. No entanto, ela não pode ser descartada sumariamente, pois qualquer projeto de desenvolvimento exige que os diferentes setores se encontrem, dialoguem, negociem e construam um território numa perspectiva sustentável (Leroy, 1997, p.17).

Outro aspecto digno de nota se refere à tendência a tratar de forma mitificada a participação. Diversos estudos da década de 80, de crítica a posturas pretensamente participativas, evidenciaram as dificuldades de realizar o ideal da participação. Os limites concretos das formas de participação adotadas no trabalho das ONGs permanecem, geralmente, obscurecidos em sua fala.

No âmbito do trabalho comprometido com a questão ambiental, as formas de interpretar teoricamente a determinação dos problemas ambientais é deveras simplista. Observa-se a tendência à utilização de um discurso comum no "Community Sustainable Development". Neste, afirma-se a existência de um estado social anterior, de equilíbrio com a natureza, o qual teria sido rompido por um processo definido (modernização da agricultura, por exemplo). A restauração do equilíbrio seria possível desde que a comunidade se organizasse em torno de um plano comum de preservação de recursos naturais. Observa-se que esse discurso oculta toda e qualquer teorização sistêmica sobre a relação entre sistema econômico e degradação ambiental.

Compreende-se que tais fragilidades só podem ser explicadas tomando-se como suposto a inexistência de um processo auto-reflexivo, significativo, no âmbito das ONGs, ou, como explicar a adoção acrítica de referentes veementemente questionados na década anterior?

A consideração desse conjunto de aspectos sugere que a proposta assumida pela ONG em um determinado momento é produto, sobretudo, das interações que estabelece mais do que de um processo continuado de reflexão sobre sua experiência. Dessa forma, não haveria porque pressupor, a priori, a superioridade da proposta das ONGs.

5.2 Crítica ao argumento da legitimidade dos fins perseguidos

As ONGs tendem a ser identificadas como promotoras da justiça social, da igualdade, da eliminação das discriminações e preconceitos e da superação da pobreza. No plano do desenvolvimento rural é constantemente mencionado seu comprometimento com a melhoria das condições de vida dos segmentos mais pobres.

Vive-se um momento de possibilidade de transição na organização estrutural das ONGs. A análise de tendências mostra o relativo "esverdeamento" das ONGs quando sustentadas por financiadoras internacionais.¹⁴ Supõe-se que, caso a estratégia adotada pelas ONGs populares seja a de aproximação às instituições financiadoras com orientação preservacionista, há possibilidade de estabelecer-se um conflito significativo, dado que os interesses preservacionistas e imediatos das populações pobres não são obrigatoriamente coincidentes.

Se, nos períodos anteriores, a ONG se identificava (e trabalhava por) com um segmento econômico ou socialmente desfavorecido, o que se requer dela hoje, no trabalho ambientalista, é que defenda os interesses do coletivo frente aos interesses privados (supondo-se o antagonismo destes).

Se, na primeira situação, era porta-voz do grupo marginalizado perante a sociedade como um todo, agora é porta-voz da sociedade perante o grupo marginalizado. Quais as conseqüências disso ?

O alento daqueles que persistem comprometidos com o segmento social mais pobre é de que a utilização de "modelos agroecologicamente corretos" pode garantir a esta parcela da produção o acesso a um mercado diferenciado, que se amplia. Conscientes da inviabilidade do modelo tecnológico convencional para esse segmento, tem a esperança de viabilizar a integração econômica do segmento mais pobre pelo domínio das técnicas agroecológicas e ocupação deste nicho de mercado. Mas será esse o projeto das financiadoras que, claramente, não estão mais comprometidas com a promoção social e sim com a preservação ambiental ?

6. Considerações Finais

Observa-se que a literatura (especialmente aquela produzida pelas financiadoras internacionais) tende a construir um imaginário sobre as ONGs que desconsidera as diferenças temáticas, históricas e sua particularidade estrutural.

¹⁴ Considera-se que, como resultado desta e outras influências, tem se diluído a diferenciação entre ONGs ambientalistas e ONGs populares.

Dentro do imaginário construído, as ONGs apresentam-se como as organizações legítimas para falar sobre "como atuar para melhorar a vida dos segmentos marginalizados da população rural".

A consideração da dependência estrutural das ONGs leva a reavaliar suas contribuições para a definição de modelos de atuação para promoção do desenvolvimento rural. Argumenta-se que, ao prender-se à proposta possível - viabilizada pela financiadora e aprovada pelo público-alvo - a ONG pode abandonar o processo de construção continuada de uma leitura própria da questão do desenvolvimento rural, atuando mais como executora do que elaboradora de proposta. Assim, podem ser frustradas as esperanças de encontrar-se a vigência de um discurso consistente sobre o desenvolvimento nas ONGs.

Embora as experiências encaminhadas pelas ongs permitam um enriquecimento ímpar da discussão sobre o desenvolvimento, sugere-se que elas devam ser examinadas como subsídios para a reflexão crítica mais do que como modelos a serem reproduzidos acriticamente.

7. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. *A construção do social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, S. C. R. de. *O imaginário social na construção do discurso: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*. Santa Maria: CPGE_xR/ UFSM, 1996. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.
- BOOTH, D. Social Development Research: An Agenda for the 1990s. *European Journal of Development Research*, v.4, n.1, p.1-39, jun. 1992.
- BRANDEMBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1999.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DIAS, M. M. *Organização não-governamentais: identidade e proposta*. Santa Maria: CPGE_xR/ UFSM, 1998. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria.

- GADGIL, D. R. Notes on Intermediate Technology. *Development Digest*, v.5, n.1, p.32-38, ap. 1967.
- GRACIARENA, J. Poder y estilos de desarrollo: una perspectiva heterodoxa. *Revista de la CEPAL*, Santiago, p.173-191, jan./jul. 1976.
- GRAZIANO NETO, F. *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- IDS. *Environmental entitlements: the conceptual framework*. [online] Disponível na internet em <http://www.ids.ac.uk/eldis/edfull.html>. Arquivo resgatado em 11/11/1997.
- ILO. A Basic Needs Strategy for Development. *Development Digest*, v. XV, n.1, p.32-42, jan. 1977.
- LEROY, J-P. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. *Proposta*, Rio de Janeiro, v.25, n.71, p.17-25, 1997.
- LENA, P. Novos atores sociais, desenvolvimento sustentável e organizações não-governamentais. In BECKER, B. K. ; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1997. 454p. p.297-338.
- MANSHOLT, S. et al. *Ecologia: caso de vida ou morte*. 2 ed. Lisboa: Moraes Editores, 1979.
- ORTEGA, H. Las organizaciones no gubernamentales y la transferencia de tecnologia. In: PROCISUR. *Programa Cooperativo de Investigacion del Cono Sur*. Dialogo XXVII - Transferencia de tecnologia, enfoques de hoy, perspectivas para el futuro. Montevideo: IICA/ BID/ PROCISUR, 1989. 278p. p.131-137.
- PINTO, A. Notas sobre los estilos de desarrollo en America Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago, p.97-128, jan./jul. 1976.
- PREBISCH, R. Critica al capitalismo periferico. *Revista de la CEPAL*, Santiago, p.7-74, jan./jul. 1976.

- SACHS, I. Un autredeveloppement: le Developpement Integre. *Cultures et developpement*, v. XVII, n.2, p.317-327, 1985 (Numero especial: " De la crise au codeveloppement").
- SCHERER-WARREN, I. ONGs na America Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; VIEIRA, P. F. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianopolis: UFSC, 1995. p.161-180.
- SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SOEDJAMOTO. National Policy Indicators of the Basic Needs Model. *Development Digest*, v. XVII, n.3, p.55-68, jul. 1979.
- WEBSTER, A *Introduction to the Sociology of Development*. 2 ed. Hong Kong: Mac Millan Education Ltda., 1990.
- WEBSTER, N. The role of NGDOs in Indian Rural Development: Some Lessons from West Bengal and Karnataka. *The European Journal of Development Research*, v.7, n.2, p.407-433, dec. 1995.